REVISTA DO CREA-ES

TÓPICOS

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Ano VIII - nº 39
Julho | Agosto | Setembro - 2007

Impresso Especial
Contrato nº 1104/2001
ECT/DR/ES
Crea-ES
CORREIOS

LOGÍSTICA

Caminhos para um Estado que pisa fundo na rota do futuro

Sintonia fina com o setor

O corpo de profissionais e empresas registrados em nosso Conselho e o conjunto das entidades e instituições de Educação que compõem a nossa Comunidade Crea-ES vêm demonstrando um reconfortante nível de envolvimento e de participação nos debates relativos ao tema que hoje mais desafia a ciência e a política internacional: a busca de soluções para os efeitos do aquecimento global, cenário em que se destaca a necessidade urgente de melhorar as condições de mobilidade urbana. Cresce mais, a cada dia, a consciência da necessidade da implantação das ciclovias como forma de reduzir a emissão de gases produzidos pela queima de combustíveis fósseis.

Sensível a essa consciência demonstrada pelo conjunto do setor, estamos intensificando nossa contribuição, já que, a cada vez que a comunidade científica internacional realiza um novo ciclo de estudos e de experimentos, a tragédia anunciada adquire contornos mais dramáticos.

Se até bem pouco tempo se projetava um aumento, já dramático, de entre 30 e 60 cm do nível médio do mar, até o final do século, projeções acreditadas e mais recentes apontam agora para aumentos superiores a 1 metro, no mesmo período, já que geleiras como as da Groenlândia e Antártica Ocidental estão escorregando para o oceano com mais rapidez do que o anteriormente suposto.

No Espírito Santo, o macro se refletindo no micro, ao risco do desaparecimento de nossos mais importantes mananciais vem somar-se agora uma nova preocupação, quando estudos da Embrapa indicam que o aquecimento global pode reduzir em 92% a produção nacional de café, até o final do século.

Afinando então a sintonia com as preocupações mundiais, que são também as do nosso setor, o Crea produziu e vem realizando o Ciclo de Palestras sobre Mudanças Climáticas. As palestras têm o objetivo de analisar as medidas mitigadoras e de adaptação às mudanças climáticas propostas no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) para os setores de edificações, processos industriais, oferta de energia, manejo de florestas, agropecuária, transportes e resíduos sólidos e líquidos.

Ao mesmo tempo, temos investido em programas e outros eventos significativos, com destaque para o Seminário sobre Mobilidade Urbana e Ciclovias, este realizado em parceira com o Ministério das Cidades, realizado no último dia 11 de novembro.

Em sintonia com essa linha de pensamento do nosso setor, TÓPICOS traz para seus leitores, nesta edição, uma entrevista em que o cientista Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, relata alguns dos mais recentes dados sobre os efeitos do aquecimento global. Nossa matéria de capa aponta na mesma direção, mostrando os desafios e a importância de se investir sem descanso na logística, atividade geradora de agilidade, pontualidade e redução de custos, mas também elemento essencial no processo de melhoria da mobilidade urbana.
Boa leitura.

Eng. Civil e de Seg. Trab. Luis Fiorotti
Presidente do Crea - ES

Expediente

Diretoria
Presidente
Eng. Civil Luis Fiorotti
1º Vice Presidente
Téc. em Agrimensura Aloisio Carnielli
2º Vice Presidente
Eng. Civil José Lemos Sobrinho
Diretor Administrativo
Eng. Civil José Maria Cola dos Santos
Diretor Financeiro
Eng. Eletricista Vitor Cavalieri
Vice Diretor Administrativo
Eng. Civil Carlos Heugênio Duarte Camisão
Vice Diretor Financeiro
Eng. Civil Patricia Brunow Diniz Ribeiro Barbosa

Câmaras
Engenharia Civil
Eng. Civil João Carlos Meneses
Engenharia Agronômica
Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva
Arquitetura
Arquiteto André Tomoyuki Abe
Engenharia Industrial
Eng. Mecânico Aristóteles Alves Lyrio
Engenharia Elétrica
Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques

Agências
Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373
Colatina (27) 3721-0657
Linhares (27) 3264-1781
Vila Velha (27) 3239-3119
São Mateus (27) 3763-5929

Conselho Editorial
Luis Fiorotti
José Márcio Martins
Alcione Vazzoler

Gerente de Relacionamento
Eng. Civil José Márcio Martins

Consultora de Comunicação
Jornalista Alcione Vazzoler

Reportagem
Alcione Vazzoler, Márcio Scheppa, Ivana Dias,
Adriano Uliana, Gardênia Toniato,
Diego Feitosa, Vinicius Dalvi

Fotos
Tadeu Bianconi, Arquivo Crea-ES, Divulgação

Projeto Gráfico
Pojak Comunicação

Editoração Eletrônica
Ivan Alves

Edição
TKCOM Comunicação Ltda.

Impressão
Gráfica Espírito Santo

Revista do Conselho Regional de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo
Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira
Vitória-ES, CEP 29052-232
Tels.: (27) 3334-9900 - Fax (27) 3324-3644
email: creaes@creaes.org.br
www.creaes.org.br

Logística

Por sua localização e pelo crescimento econômico, o Espírito Santo é apontado como grande concentrador de novos investimentos e negócios.

18

TV Crea

Implementação busca ampliar a democratização da informação

06

Auto-atendimento

Mais conforto e segurança para os associados do Crea-ES

13

10 Institucional
17 Comunidade Crea
26 Educ
27 Confea
28 Entrevista
30 Artigo

Eventos ao vivo na TV Crea

O Crea-ES transmitiu ao vivo, no último dia 7 de agosto, pelo seu portal na Internet (www.creaes.org.br), a 896ª Sessão Plenária, ocorrida no auditório do Conselho.

Foi a primeira vez, em toda a sua história, que o Conselho utilizou a internet para tornar pública a reunião do órgão colegiado decisório da estrutura básica da instituição. A medida de transmitir essas reuniões e outros eventos em tempo real, pela internet, faz parte dos objetivos da atual gestão, que busca a democratização da informação como pilar básico de suas ações. "Nossos investimentos visam a fortalecer o vínculo com os profissionais da área tecnológica e a comunidade. A transmissão ao vivo, pela internet, reforça o caráter transparente de nossas discussões institucionais", comemora o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti.

O novo sistema virtual foi lançado com a presença do prefeito de Vitória, João Coser, que apresentou a palestra "Plano de Desenvolvimento da Cidade". Coser explicou que se trata de fruto de um trabalho coletivo no qual o Crea está incluído. "Para atingirmos o objetivo de diminuir as diferenças entre ricos e pobres, contamos com a participação concreta dos profissionais da área tecnológica".

Na ocasião, Fiorotti colocou o Conselho à disposição da Prefeitura de Vitória, lembrando que "investimentos significativos na área de infra-estrutura geram emprego e renda para os profissionais da área tecnológica e oportunidades para as empresas". O presidente acrescentou que são esses os profissionais que detêm o conhecimento técnico para engrandecer e embelezar a cidade, sempre focando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida para todos.

Os interessados em acompanhar ao vivo, pela internet, as reuniões plenárias e outros importantes eventos realizados pelo Conselho, devem entrar no site www.creaes.org.br e acessar a TV Crea.

Sessão Plenária: transmissão histórica

Descerramento da placa: comemoração da importante marca

Câmara de Civil comemora 500 reuniões

A Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC) comemorou em setembro, no auditório do Crea-ES, a realização de sua 500ª reunião (ocorrida no último dia 30 de julho). Na ocasião, conselheiros e funcionários do Conselho, autoridades, convidados, antigos e atuais componentes da Câmara presenciaram o descerramento da placa alusiva ao acontecimento.

A CEEC - instituída na forma da lei n.º 5.194/66, através da Decisão n.º 51, aprovada na 393ª sessão plenária do Conselho - tem a missão de apreciar e definir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional da área civil, sugerindo medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho, contribuindo, desta forma, com o desenvolvimento da sociedade e a melhoria da qualidade de vida da população.

Conduziram os trabalhos o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti, o atual coordenador da CEEC, Eng. Civil João Carlos Meneses, e a coordenadora adjunta da CEEC, Eng. Civil Wania Nassif Marx.

Durante a solenidade, foram homenageados, com placas e brindes, os profissionais que participaram da primeira reunião da Câmara, realizada em 11 de janeiro de 1978: Arquiteto Jolindo Martins e os Engenheiros Civis Jairo Alves Pereira, José Lemos Sobrinho, Ery Carneiro e Marco Antonio Barboza. Os dois últimos foram representados pelos Engenheiros Civis Rodrigo Américo Pereira e Marco Aurélio Ribeiro Brunetti, atuais titulares da Câmara.

Os participantes da reunião comemorativa lembraram que os homenageados iniciaram o processo de instalação da CEEC do Crea-ES, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, orientando e fiscalizando o cumprimento da legislação e da ética nas atividades de Engenharia Civil, exemplo a ser seguido pelos atuais membros da Câmara.

Mútua dobra número de associados

"Conseguimos dobrar o número de associados". Esse é o principal ponto a comemorar, dentro do balanço feito pelo Diretor Geral da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-ES (Mútua), Eng. Eletricista Orlando Zardo, com relação aos três anos de administração da atual diretoria, formada no início de 2005. A equipe é composta ainda pelo Diretor Financeiro, o Engº Agrônomo Valério Ribon, e pelo Diretor Administrativo, o Técnico em Eletrônica Edson Wilson.

Mesmo com o aumento dos sócios, muitos profissionais ainda não sabem o que é a Mútua. "Muitas pessoas pensam que (a Mutua) é uma cooperativa, quando na verdade ela é uma caixa de assistência aos profissionais", explica Zardo.

Durante quase três anos de gestão, a direção, além de aumentar o número de associados, fez campanhas para aproximar o órgão dos profissionais do interior do Estado, aumentou os benefícios e convênios, e inaugurará, ainda este ano, a Filial da Mútua Nacional no Espírito Santo, no Shopping Boulevard, em Vitória.

Segundo Zardo, a Mútua colabora principalmente com o profissional que está se iniciando no meio profissional. "Disponibilizamos empréstimos para ajudar o profissional a se firmar no mercado de trabalho, financiando estudos e projetos, profissionais ou pessoais. A Mútua disponibiliza, aos profissionais associados, empréstimos de até três vezes a renda familiar, desde que não ultrapasse o limite de 50 salários mínimos.

Até setembro deste ano, os empréstimos concedidos aos associados totalizam já R$ 900 mil, valor que deve chegar a R$ 1 milhão, até o fim do ano. As principais vantagens do empréstimo são a baixa taxa de juros, 0,5% ao mês, e o parcelamento da quantia em até 36 meses.

Ao se associar à Mútua, o profissional deve pagar R$ 40 de taxa de inscrição e a anuidade de R$ 130 do seguro de vida, que pode ser dividido em até cinco parcelas.

Endereço da Mútua:Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP 29052-232 - Tel.: 3334-9942
Site: www.mutua.com.br
E-mail: caixaes@mutua.com.br

Eng. Eletricista Orlando Zardo (E), Técnico em Eletrônica Edson Wilson e Engº Agrônomo Valério Ribon, diretores da Mútua: resultados mais que expressivos

Público lota auditório para pedir ciclovias

Ciclovias: tema acompanhado atentamente pela platéia

Estudantes, profissionais da área tecnológica e representantes de órgãos públicos lotaram o auditório Crea-ES, no último dia 11 de setembro, para participar do Seminário de Mobilidade Urbana e Ciclovias. Na ocasião, sete palestras propuseram debates sobre a implantação de ciclovias como solução dos problemas causados pelo transporte individual.

O Arq. Augusto Valiengo Valeri, Gerente de Integração do Ministério das Cidades, falou sobre o programa "Bicicleta Brasil" como um dos grandes desafios da Secretaria Nacional de Mobilidade e destacou a falta de sinalizações e infra-estrutura das ciclovias como principal motivo para a ausência de bicicletas nas ruas.

"O andar não-motorizado é muito importante. Existem muitas bicicletas, mas elas não estão nas ruas devido ao difícil acesso às ciclofaixas. As poucas pistas que existem são malsinalizadas", disse o palestrante.

O Plano de Mobilidade Urbana tem o objetivo de garantir a bicicleta como um meio de transporte básico nas cidades, visando a tornar o ambiente urbano mais saudável e menos motorizado.

Valeri falou ainda da importância de um bom planejamento para a construção e evolução de uma cidade. A conscientização que a população deve ter na questão do crescimento do transporte individual, que além de prejudicar o meio ambiente com a emissão de gases tornam o trânsito caótico.

"O crescimento das cidades é muito rápido e as ruas não suportam o tráfego de veículos. É preciso mudar a consciência das pessoas. Todo mundo quer um carro, com isso, o transporte público vem diminuindo".

Frota grande, riscos enormes

O Brasil tem a quinta maior frota de bicicletas do mundo (N.E: em torno de 60 milhões de unidades), mas compreensivelmente ocupa o terceiro lugar no ranking dos acidentes fatais envolvendo ciclistas. A informação é do Consultor em Planejamento de Ciclovias, Arq. Antônio Miranda e foi feita durante o Seminário de Mobilidade Urbana. "Isso ocorre porque as ciclovias têm sido deixadas de lado pelas autoridades, apesar de a bicicleta ser um dos melhores meios de transportes para áreas urbanas", enfatizou Miranda.

"As ciclovias são fundamentais para a capital", reforçou o Secretário de Mobilidade Urbana da PMV, Táurio Tessarolo, na palestra "Plano de Mobilidade Urbana para o Município de Vitória".

Por sua vez, o Superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Arq. Marcos Pimentel Bicalho, reforçou o papel da bicicleta como uma pequena solução para um grande problema.

Os projetos organizados para solucionar os problemas de mobilidade urbana da cidade da Serra foram apresentados pelo Secretário da Secretaria de Defesa Social da Prefeitura da Serra (Sedes), Ledir da Silva Porto.

Porto falou dos 8,4 quilômetros de ciclovias que já existem na Serra, dos projetos que estão em construção, somando 24,7 quilômetros, e dos que estão em licitação para obras que atingirão 13,6 quilômetros.

O ciclo de palestras foi concluído pelo Assessor da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade Prefeitura Municipal de Vitória, Eng. Civil Leonardo Leal Schulte.

Parceria pela acessibilidade

O Crea-ES e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) lançarão ainda este ano a cartilha de acessibilidade "Cidade Cidadã".

A publicação orientará profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e a população em geral, sobre os aspectos legais, normativos e técnicos que devem ser obedecidos nos projetos e na construção de edificações, de espaços públicos e na fabricação de mobiliários e equipamentos.

O objetivo é contribuir para permitir a mobilidade, o acesso e a autonomia das pessoas, levando em conta os aspectos antropométricos e as incapacidades e deficiências físicas.

Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 10% da população dos países em desenvolvimento é constituída por pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) calcula que esse número chegue a mais de 600 milhões de pessoas, em todo o mundo. No Brasil, o Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima que esse contingente corresponda a quase 15% da população, algo em torno de 25 milhões de pessoas.

"A acessibilidade deve tornar-se um valor social, garantido pela legislação e por normas técnicas, praticado pelos profissionais do Sistema Confea/Crea e exigido pelo poder público e pela população em geral. A cidadania se constrói com a participação de todos", lembra o presidente do Crea-ES Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti.

Acessibilidade: exercício de cidadania

Projeto da Findes quer melhoria para trabalhador

O Espírito Santo está vivendo uma das melhores fases de investimentos industriais de sua história. Com isso, o Estado ganha destaque na economia, em nível nacional, e conseqüentemente receberá mais investimentos que farão surgir grande número de empregos para a sociedade.

Pensando no futuro do Espírito Santo, a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), apoiada pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial (Ideies), lançou o primeiro Mapa Estratégico da Indústria Capixaba. A iniciativa visa a trazer melhorias na infra-estrutura do Estado e a alavancar o desenvolvimento sustentável.

O mapa traz propostas elaboradas por indústrias capixabas que pretendem acelerar o crescimento da política industrial. O projeto está sendo desenvolvido com base no mapa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), junto com o Plano de Desenvolvimento do Governo do Estado, Espírito Santo 2025.

O mapa vai apoiar o fortalecimento sindical, fomentar o empreendedorismo, incrementar o desenvolvimento industrial, aperfeiçoar o sistema de gestão, fortalecer sua imagem institucional, melhorar a infra-estrutura e a situação financeira, além de apoiar o desenvolvimento regional e a interiorização da indústria.

O gerente executivo do Ideies, Antonio Fernando Doria Porto, destaca a importância desse plano na representação e na defesa dos interesses da indústria capixaba. Porto considera o projeto de fundamental importância para o futuro próximo do Estado. "A elaboração do Mapa Estratégico da Indústria Capixaba permite acelerar o desenvolvimento sustentável do Estado, fazendo surgir mais postos de trabalho. O plano será o principal pilar para o desenvolvimento da indústria no Espírito Santo", avalia Doria.

Para que o objetivo do Mapa seja alcançado, foi elaborada uma estratégia para identificar as questões que atrapalham o crescimento da indústria capixaba. Ainda segundo Doria Porto, representantes dos Conselhos Superiores Temáticos (Consats) levantam informações de problemas ligados ao setor industrial e elaboram projetos para que a Findes possa se posicionar a respeito de questões geralmente ligadas a infra-estrutura e logística, ambiente institucional e relatório, liderança empresarial, disponibilidade de recursos, educação e saúde e gestão eficaz.

Doria Porto: mapeamento estratégico

Crea segue quebrando recordes

O Crea-ES segue registrando aumento de inscrições na maioria dos serviços prestados. Os dados foram divulgados no relatório de análise crítica do Conselho do segundo quadrimestre de 2007.

O relatório, que foi feito com análise a partir do mês de maio até agosto, mostrou um aumento importante no cadastramento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Um crescimento de mais de 3 mil anotações, em relação ao mesmo período do ano passado.

O gerente operacional do Crea, Eng. Civil Marcos Motta Ferreira, fala da importância do aumento nos registros. "Isso mostra que o Crea está cumprindo seu papel, além de proporcionar aos profissionais a ampliação do mercado de trabalho e sua valorização", considera Motta.

Atualmente, o Crea possui 17,8 mil profissionais e 3,64 mil empresas com registros e vistos domiciliados no Espírito Santo.

Site - O portal on-line do Crea-ES é um dos principais responsáveis pelo sucesso dos serviços prestados pelo Conselho. Os cadastros efetivados por intermédio do site, no ano passado, foram 7,34 mil. Este ano, após a reforma, 13,26 mil pessoas se inscreveram pelo sistema. Ainda no mesmo período foram registrados 929 novos profissionais e 370 vistos.

Fiscalização cumpre bem seu papel

De janeiro a outubro, o Crea realizou 23,74 mil ações de fiscalização em todo o Estado do Espírito Santo, o que resultou em Notificações e Autos de Infração em 8,45 mil obras e serviços.

De todas as abordagens realizadas, verificou-se que aproximadamente 65% dos casos já estavam regulares. Dentre aquelas em que foram constatados problemas, menos de 27% precisaram ser autuadas com multa.

Para o Gerente de Fiscalização do Crea, Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca, a sociedade está cumprindo cada vez mais com seu papel de aliada do Conselho, e isso é fruto do trabalho de orientação feito pelos profissionais.

"O Crea-ES, nos últimos anos, vem trabalhando com uma fiscalização cada vez mais educativa e orientadora. Como reflexo, de janeiro a agosto deste ano foram poucas as notificações que terminaram em multas", constata La Rocca.

Atendimento no Crea: melhoria crescente marca administração

Novos postos de auto-atendimento

Ainda este ano, serão instalados novos postos de auto-atendimento que vão facilitar o acesso dos profissionais e da população aos serviços oferecidos pelo Crea-ES em cidades da Grande Vitória e do interior do Estado.

Além de Laranjeiras (Serra), Campo Grande (Cariacica), Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Venda Nova, Alegre, Barra de São Francisco e Nova Venécia contarão com o novo serviço.

Na Grande Vitória, os terminais experimentais localizados na Prefeitura da capital (antiga sede da Telemar), Shopping Vitória e Shopping Praia da Costa já estão em funcionamento e têm registrado grande número de acessos, tanto por profissionais quanto pela população.

Posto do Conselho: mais conforto e agilidade para associados

Os postos de atendimento oferecem vários serviços. Utilizando senha e login, os profissionais registrados no Crea podem preencher e imprimir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), obter o registro profissional e conhecer a lista de documentos e formulários.

Os postos, que também disponibilizarão acesso à internet e a realização de ligações telefônicas, funcionarão de 8h às 18h.

Reunião em São Mateus fortalece vínculos

Fortalecer vínculos institucionais, desenvolver ações em parceria e valorizar a atuação dos profissionais da área tecnológica. Esses foram alguns dos pontos discutidos em visita institucional realizada, pelo presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti, no último dia 3 de setembro, à Prefeitura Municipal de São Mateus.

"São Mateus é destaque numa economia que vai além do território capixaba. É fundamental a participação dos profissionais da área tecnológica na região norte do Estado, nos espaços de decisão, inclusive. São esses os profissionais indicados para pesquisar, idealizar e colocar em prática as soluções tecnológicas que respeitem o meio ambiente, contribuam para o desenvolvimento sustentável e promovam a qualidade de vida de todos", defende Fiorotti.

O presidente foi recebido pelo vice-prefeito do município, Pastor Toninho. Participaram ainda os secretários municipais de Planejamento, de Meio Ambiente, de Obras e de Agricultura, respectivamente Eng. Mecânico Luis Carlos Marques, Eng. Agrônomo Antenor Malverdi, Eng. Civil Giuliano Gasparine e Eng. Agrônomo Wellington Secundino,

Acompanharam o presidente Fiorotti o gerente de Controladoria do Crea, Adm. Lúcio Hemerly; o gerente de Fiscalização, Eng. Mecânico Flavio La Rocca; a funcionária do Posto de Atendimento do Crea em São Mateus, Eng. Tatiana Baldow; os inspetores Eng. Eletricista Roger Pestana e Eng. Mecânico Ricardo Zon; e o ex-inspetor Eng. Agrônomo Júlio César da Paz.

Agência de Vila Velha é reestruturada

Inaugurada no segundo semestre deste ano, a Agência Crea Vila Velha, nova denominação do antigo Posto de Atendimento do Conselho no município, traz um novo conceito de atendimento e prestação de serviços aos profissionais da área tecnológica e à comunidade.

A Agência oferece o Espaço do Profissional, que disponibiliza equipamento com acesso à internet banda larga e, portanto, aos novos portal e agência virtual do Crea. "Essa é mais uma conquista dos profissionais da área tecnológica e vai ao encontro da filosofia adotada pela atual gestão, que é aproximar o Crea da comunidade e promover a valorização profissional", afirma o presidente da instituição, Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti.

Nos últimos anos, o Conselho vem ampliando toda a rede de atendimento. Nesse processo, destacam-se, entre outros benefícios, a abertura da Agência Vitória, que deverá ser inaugurada ainda em 2007, a reformulação dos postos de atendimento de Vila Velha e São Mateus e das inspetorias de Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina.

Agência de Vila Velha: novo conceito de atendimento

Agência Vila Velha/ Espaço do Profissional
Rua Henrique Moscoso, 1019, Ed. Centro da Vila Shopping, Centro, Vila Velha.
Atendimento: 9h às 12h e 13h às 18h.
Informações: (27) 3239-3119 / vilavelha@creaes.org.br

Nas ondas do rádio

O Crea-ES passou a veicular, neste segundo semestre de 2007, notas informativas da instituição em emissoras de rádio das regiões da Grande Vitória, norte e sul do Espírito Santo.

A intenção da Consultoria de Comunicação do Conselho, que já publica colunas periódicas em jornais impressos de grande circulação, é utilizar mais um veículo de comunicação de massa para emitir, de forma rápida e eficaz, informações atualizadas sobre as ações do Conselho, atingindo o maior número possível de pessoas em diversas localidades do Estado.

As notas veiculadas em emissoras da Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Colatina e São Mateus são de caráter educativo e informativo. Publicadas diariamente, as notícias têm duração aproximada de 15 segundos e vão ao ar, em média, seis vezes ao dia. Entre as informações veiculadas nos meses de outubro e novembro estão notas sobre o Educação Continuada e a Distância (Educ); Normas de Acessibilidade; Mobilidade Urbana e Ciclovias; Segurança do Trabalho; e Desenvolvimento Sustentável.

Confira as emissoras que veiculam notícias do Crea-ES

Grande Vitória
Rádio Tribuna FM (99,1 MHz)
www.redetribuna.com.br
Rádio Universitária FM (104,7 MHz)
www.universitariafm.com.br

Cachoeiro de Itapemirim
Rádio Diocesana AM (960 MHz)
www.radiodiocesana.com.br

São Mateus/Boa Esperança
Transanorte FM (95,5 MHz)
www.transanortefm.com.br

Colatina
Colatina Rádio Som Ltda FM (97MHz)
Não possui serviço online

Linhares
Rádio Globo AM (870 MHz)
Não possui serviço online

Arquitetura social em Cachoeiro

O presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trabalho Luis Fiorotti, esteve na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no último dia 28 de agosto, para propor ao Secretário de Planejamento do município, Luis Motta, um convênio de cooperação mútua para viabilizar o Programa de Engenharia e Arquitetura Social na região.

O projeto tem a finalidade de desenvolver um trabalho, de cunho social, de elaboração de serviços de Engenharia e Arquitetura para famílias de baixa renda, no município, provendo assistência técnica a moradias, tanto na construção como em melhorias habitacionais, proporcionando segurança, economia e qualidade na execução dessas atividades.

Sob a Emenda Constitucional nº 26, do ano de 2000, a "moradia" foi acrescentada como direito social junto às áreas de educação, saúde, trabalho e lazer, entre outras.

Os programas habitacionais não têm atendido às categorias de renda mais baixa, o que faz com que a "cidade informal" cresça, em todo o País, e a autoconstrução tem sido a forma mais acessível e econômica encontrada pela população de baixa renda para obter a casa própria.

O Programa de Engenharia e Arquitetura Social visa a atender a essa camada da população e a aprimorar o conhecimento dos engenheiros e dos arquitetos, inserindo-os na realidade em que vivem, o que contribui para disseminar o valor desses profissionais entre as comunidades, que pouco sabem da importância deles no seu dia-a-dia.

Cachoeiro do Itapemirim: Crea leva projeto de alcance social

Fundação

O mês de setembro é especial para a classe dos engenheiros do Estado do Espírito Santo. No último dia 25 daquele mês, a Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE) comemorou os 57 anos de sua fundação. A SEE é certamente uma das instituições que mais contribuíram para a promoção da atividade da Engenharia no Estado.

Para comemorar a data, a entidade realizou uma Reunião Ordinária que contou com a participação de diretores, de associados e do Presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. de Trabalho Luis Fiorotti, também um associado da SEE.

A SEE foi reconhecida como de Utilidade Pública pela lei nº 658, no Governo de João Santo Neves, em 1952, e tem como missão, desde sua fundação, promover ações de valorização profissional, com responsabilidade, sempre no rumo do desenvolvimento.

Além de ser a única entidade que representa todas as modalidades da Engenharia no Espírito Santo, a SEE também é reconhecida pela participação na criação do Instituto de Tecnologia do ES (Ites); da Escola de Engenharia do ES; e do Instituto Agronômico do ES (Itaes).

Além disso, a SEE instalou e sediou a representação da 5ª Região do Rio de Janeiro - Crea, atual Crea-ES, e fundou o Sindicato dos Engenheiros do ES (Senge-ES). A Sociedade também conta com representação nas decisões do Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano de Vitória.

SEE

Presidentes

Profissionais que foram presidentes da entidade e contribuíram para o seu fortalecimento, desde sua fundação.
Roberto Vianna Rodrigues, Harry de Freitas Barcellos, Luiz Palma Lima, Filemon Tavares, Hercílio Bastos Figueiredo Filho, Telmo Gonzaga Teixeira Lima, Jair Marino, Luiz Carlos Rodrigues Sobrinho, Rodrigo Américo Pereira, Marco Antonio Barboza da Silva, José Antônio do Amaral Filho e José Maria Cola dos Santos.

Receituário

O Sintaes realizou mais um Treinamento sobre Receituário Agronômico, nos últimos dias 21 e 22 de setembro, em Vitória, com a participação de 25 técnicos agrícolas.

Esta foi a nona turma. Já fizeram o treinamento 173 Técnicos Agrícolas. O objetivo do Treinamento é adotar condutas profissionais que têm como finalidade garantir a utilização racional dos agroquímicos, pois é sabido que somente 0,3% dos produtos aplicados atingem o alvo objetivo, enquanto os outros 99,7%, por falta de orientação, pelo uso inadequado dos equipamentos e por utilização de equipamentos descalibrados, sofrem efeitos de deriva e causam danos até irreversíveis ao homem e ao meio ambiente.

O Sintaes está convencido de que o uso de equipamento individual (EPI), o diagnóstico bem-feito; a definição do melhor momento de aplicação e a utilização de tecnologias disponíveis no mercado; o profissionalismo e a competência; vão contribuir de forma decisiva para minimizar o problema.

SINTAES

Perícias

O Crea-ES está apoiando o Instituto de Avaliações e Perícias de Engenharia do Espírito Santo (Ibape-ES) na preparação do 6º Curso de Pós-Graduação em Avaliações e Perícias de Engenharia. A iniciativa é uma parceria entre o Instituto e a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Vila Velha (Univila).

O curso tem o objetivo de capacitar profissionais de Engenharia e toda a área tecnológica, para que possam ter uma visão atualizada e criativa sobre as práticas modernas da Engenharia de Perícias e Avaliações, possibilitando a formação de especialistas capacitados para agir em cenários cada vez mais dinâmicos e competitivos.

A carga horária do curso é de 388 horas, na qual não serão computadas o tempo de estudo, individual ou em grupo, sem assistência docente, nem o reservado para elaboração de monografia. O Curso começa em 15 de fevereiro de 2008 e vai até 17 de abril de 2009. As aulas ocorrerão nas sextas e sábados, das 8h às 12h e das 13h às 17h, na Univila, em Vila Velha.

As inscrições poderão ser feitas na sede do Ibape, de 15 de janeiro a 1º de fevereiro de 2008, pelos telefones (27) 3345-6760 e 3345-6761. O valor da taxa de inscrição é de R$ 200. As mensalidades serão dividas em 22 parcelas de R$ 400.

Para se matricular, os interessados devem apresentar, na sede do Ibape, cópia autenticada do diploma de curso superior, devidamente registrado no órgão próprio do MEC; cópias da carteira de identidade ou do Crea e o equivalente, para estrangeiros; do CPF; do título eleitoral, com comprovação da última eleição (ou justificativa do cartório eleitoral); da certidão de nascimento ou casamento, além de um comprovante de quitação com suas obrigações profissionais junto ao Crea e duas fotos 3x4, recentes.

IBAPE-ES

Congresso

A Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos (SEEA) em parceria com a Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab), realizou de 23 a 26 de outubro, na cidade de Guarapari, o XXV Congresso Brasileiro de Agronomia (CBA).

O evento reuniu cerca de mil profissionais e interessados da área de agronomia no Sesc de Guarapari para discutir o tema: "Agroenergia - O futuro do planeta em nossas mãos".

Na ocasião foram discutidas as tecnologias nacionais de bioenergia, abordando biodiesel, etanol, florestas energéticas e resíduos sólidos.

O coordenador do XXV CBA e presidente da SEEA, Eng. Agrônomo Helder Paulo Carnielli destacou a importância do congresso. "O CBA mostrou questões importantes para a sociedade brasileira, em especial para o setor da agricultura familiar, com o objetivo de incluir essa base no sistema de bioenergia no Brasil".

SEEA

Espaço

SINTEC-ES

Os técnicos que atuam no Espírito Santo vêm ganhando cada vez mais espaço no cenário nacional. Entre esses casos se destaca o Técnico Industrial em Metalurgia e diretor do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio no Estado do Espírito Santo (Sintec-ES), Miguel Antonio Madeira da Silva Araújo, que integra, desde o primeiro semestre deste ano, o Grupo de Trabalho (GT) de Meio Ambiente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Confea.

Participante ativo desde a primeira reunião, o diretor do Sintec-ES representa, no GT, a Gerência de Relações Institucionais do Confea, sendo responsável pela pauta, logística e assessoria técnica das reuniões, além de funcionar como relações públicas do GT, estabelecendo contato com as comissões de meio ambiente dos Creas, órgãos governamentais e não-governamentais. *Mais informações pelo e-mail gt.meioambiente @confea.org.br*

Reflorestamento

AEFES

Tendo como o principal objetivo preservar a biodiversidade, a Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo (Aefes) promoveu, nos dias 22 e 23 de novembro, o Simpósio Nacional sobre Reflorestamento Ambiental, cujo tema central é "O Papel das Florestas na redução do Aquecimento Global".

O evento trouxe conhecimentos sobre o estágio atual e as novas estratégias e experiências na implantação e conservação de reflorestamento de caráter ambiental e discutiu os procedimentos legais e as experiências na obtenção de créditos de carbono, medida que ajuda na recuperação da atmosfera.

Para a Aefes, a conservação e recuperação desses recursos florestais são de extrema importância, já que são os principais responsáveis pela redução do aquecimento global. "As florestas brasileiras estão sofrendo um processo muito acelerado de desmatamento, mas, mesmo com toda essa degradação, o Brasil ainda é um dos países que apresentam a maior biodiversidade do mundo", afirma o Eng. Florestal Álvaro Garcia, presidente da entidade.

Técnicos

ATAES

A Associação dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo (Ataes) está comemorando, em 2008, 30 anos da organização no Estado, e os membros da entidade estão preparando uma comemoração para a data.

A Ataes surgiu no dia 26 de outubro de 1978. Na ocasião, mais de 140 Técnicos Agrícolas se organizaram e formaram a Associação, no Centro de Treinamento do Líder Rural (Calir). Desde seu surgimento, as vitórias foram muitas. Por isso, os Técnicos Agrícolas não vão deixar a data passar em branco.

A Ataes também foi fundamental para o surgimento do Sindicato dos Técnicos Agrícolas (Sintaes) e para a Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas (Cooptagri).

Jurídica

SENGE-ES

Atendendo a exigências da categoria, o contrato de Assessoria Jurídica do SENGE-ES recebeu alterações que visam a ajudar o profissional nas mais diversas situações jurídicas.

Além da defesa gratuita dos associados nas questões relativas a relações de trabalho, o novo contrato oferece cobertura jurídica em áreas como família, sucessões, contratos, posse, propriedade e previdência, entre outras. Para atender ao associado nessas situações, o Senge-ES disponibilizará sua assessoria jurídica, permitindo que o profissional a utilize por um valor mais acessível do que o praticado no mercado.

Também estarão disponíveis, aos associados, consultas para assuntos jurídicos, nas terças e quintas-feiras, de 10 às 12 horas. Basta agendar a consulta com o advogado, previamente, pelo telefone 3324-1909.

O profissional de Engenharia também contará com o acompanhamento jurídico no momento da homologação de sua demissão, o que permitirá maior segurança quanto à preservação de seus direitos trabalhistas.

Este é mais um serviço disponibilizado pelo Senge-ES aos seus associados, oferecendo comodidade e segurança. Caso você ainda não seja sindicalizado, faça seu cadastro e desfrute desta de outras vantagens do Senge-ES.

LOGÍSTICA

PNLT propõe desenvolvimento e justiça social

Garantir agilidade, encurtar distâncias, remover gargalos, reduzir custos, substituir modelos saturados e estabelecer vetores estruturantes são algumas das variáveis logísticas indispensáveis para o desenvolvimento do Estado

Transporte, movimentação e armazenagem de produtos dentro e fora da empresa. Cumprimento dos prazos de entrega e manutenção da qualidade, ou seja, que a carga chegue ao destino sem avarias. Planejar, executar e controlar essas atividades de maneira eficiente e com controle dos custos. Este é um resumo das responsabilidades dos profissionais da área tecnológica que atuam no setor de logística de uma empresa.

O setor de logística é bastante amplo e possui uma série de atividades que o compõem, e dentre estas atividades as fundamentais são: "O transporte, que pode representar entre 1/3 e 2/3 dos custos logísticos totais, levando o produto do ponto de origem até o ponto de consumo, ou seja, colocando-o disponível para o cliente. Em seguida, vem o controle de estoques, também por representar uma grande parcela dos custos logísticos. Sua importância está no fato de que a produção não pode ser considerada imediata e os estoques funcionam como 'amortecedores' da demanda. A gestão dos estoques deve ser bastante criteriosa, tanto sob o aspecto do seu dimensionamento quando de seu manuseio. Por fim, tem-se o processamento de pedidos, que inclui todo o trâmite e o cuidado com as informações ao longo do processo. Essa

Tendência mundial aponta para três segmentos principais do transporte marítimo: granéis sólidos, granéis líquidos e contêineres

fex
XTRA

etapa apresenta custos logísticos relativamente baixos, mas, por se encontrar no início do processo, é fundamental para o controle e o ganho de tempo", explica o professor Leonardo Ribeiro da Costa, do curso de Planejamento e Operações de Transportes do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes).

Por sua privilegiada localização geográfica e por seu crescimento econômico proveniente de indústrias como as de minério, rochas ornamentais, petróleo, gás natural, e café, por exemplo, o Espírito Santo é apontado como grande concentrador de investimentos e de novos negócios. "Estas, além de outras características, fazem do Espírito Santo um Estado com grande potencial logístico, especialmente para o comércio exterior. O que se espera é o desenvolvimento deste potencial, com investimentos em infra-estrutura portuária - com forte atuação da iniciativa privada - e no setor de transportes", salienta Eduardo Rosa Soares, do setor de logística de um grande grupo capixaba.

A competição nos diferentes mercados demanda agilidade, qualidade e baixo custo na produção e na sua distribuição, o que faz chamar a atenção para a importância do papel da logística para o estado como diferencial competitivo a ser aproveitado. "Ainda existe muito o que ser feito e melhorado neste campo, mas a expectativa é de que a demanda gerada pelo crescimento econômico amplie o foco sobre a força e importância dos aspectos logísticos para estado", finaliza Soares.

Melhorando o índice de acertos

"Nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde ir". A frase atribuída ao filósofo Sêneca resume bem a importância do planejamento, seja para o sucesso de uma empreitada ou para a garantia de um belo futuro de qualquer instituição séria e comprometida. Nesse quesito, estamos bem servidos. Resta agora muito trabalho dos atores envolvidos para que se possa garantir o maior índice possível de acertos.

Contêineres: CDV quer terminal em Praia Mole

Tanto na esfera estadual quanto nacional - sem contar as iniciativas de cada município das principais regiões metropolitanas do Brasil - o momento parece propício para a discussão e apontamentos de um futuro promissor para o setor de logística. Para ilustrar podemos citar o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e o Plano Nacional de Logística & Transportes (PNLT).

"Os problemas de transporte do Brasil não são conjunturais, mas estruturais. O governo federal afirma publicamente que há 3 bilhões de reais em recursos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinados ao plano nacional de infra-estrutura aeroportuária. Somos uma categoria voltada para o futuro, mas nos preocupamos como o presente projeta esse futuro", esclarece o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Eng. Marcos Túlio de Melo.

Marcos Túlio afirma ainda que o maior crescimento do Brasil deve fazer o volume de cargas saltar das atuais 150 mil toneladas ao ano para mais de 250 mil. "Com isso, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos serão muito mais demandados", diz. Mas, estamos preparados para atender a essa necessidade? O engenheiro Marcos Túlio responde: "Hoje, com certeza não. Para isso, precisamos pensar em um sistema de transporte multimodal que atenda à demanda do crescimento brasileiro e às peculiaridades de um País com dimensões continentais e diferentes níveis de ocupação territorial".

Futuro - Resultados a médio e longo prazo, intervenções urgentes e outras nem tanto, levantamento do histórico de números e variáveis, definição do montante a ser investido, origem da verba e muitos estudos para elaborar a estimativa de crescimento ou declínio mais confiável. Isso tudo acompanhado de um noticiário que expõe estradas esburacadas e caos aéreo, para ficar em apenas dois exemplos que evidenciam a falta de infra-estrutura no setor.

Veja, na próxima página, um resumo do Plano Nacional de Logística e Transporte. O documento está disponível em www.transportes.gov.br. Quem explica é o Coordenador-Geral de Logística da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, Eng. João Aparício dos Reis Costa.

Projetando cenários desejáveis

O desafio de evoluir tecnologicamente - com racionalização energética e outras medidas que visam à diminuição dos impactos causados ao meio ambiente - forma o conjunto de idéias-força do Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT). O planejamento busca atender a outras reivindicações da sociedade como o desenvolvimento com redução das desigualdades sociais e uma ocupação ordenada do território. É o que se espera do poder público e dos profissionais, pesquisadores e instituições envolvidas no planejamento de transporte e logística no Brasil.

O Coordenador-Geral de Logística da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, Eng. João Aparício dos Reis Costa, explicou que o PNLT está "fundamentado nos conceitos de territorialidade, de segurança e ocupação do território nacional, e de desenvolvimento sustentável do País, com eqüidade e justiça social".

Diante da amplitude dos problemas e da importância estratégica do setor de transportes para a economia do país, Costa acredita que o envolvimento do setor público, privado e da sociedade é de vital importância para se conquistar avanços significativos nas próximas décadas. "O PNLT requer um processo de institucionalização, organização e gestão eficiente e eficaz, capaz de envolver todas as esferas de governo, bem como os vários órgãos e instituições públicos e privados afins e correlatos com o setor dos transportes", acredita.

Oferta atual. Para montar uma base de dados georreferenciada foi analisada a caracterização física, operacional e tecnológica do sistema de transporte e de logística envolvendo os modais rodoviário, ferroviário, hidroviário e de cabotagem, além da quantidade e qualidade de portos, aeroportos, armazéns, silos e terminais de transbordo e integração. "A metodologia de elaboração do PNLT considera também um inventário dos projetos existentes nos três níveis de governo e também os da iniciativa privada".

Uma modelagem macroeconômica realizada pela USP (FIPE/FEA, com especialistas regionais) considerou as atividades econômicas dominantes existentes e potenciais em cada estado da federação. "O cenário tendencial foi pensado a partir de tópicos como a agregação de valor à produção; identificação de novas áreas de atividades turísticas e de produção; assim como o possível surgimento de novas atividades em regiões já consolidadas. A inserção da economia brasileira no contexto global também foi considerada", lembra o engenheiro.

A metodologia utilizada na elaboração do PNLT é composta ainda por uma modelagem de transportes que, entre outros pontos, considerou a conversão do modelo econométrico da FEA/USP para fluxos de transportes; o rebatimento da oferta de infra-estrutura versus demanda de transportes; e a identificação de pontos críticos ("gargalos" e falta de cobertura).

Metas - Segundo dados do PNLT, referentes ao ano de 2005, a matriz de transporte do país é dividida de maneira que o modal rodoviário ocupa 58%, o ferroviário 25%, e o aquaviário 13%. Cerca de 3,6% da nossa economia ainda circula através de dutos e, em último lugar na escala vem o modal aéreo, que representa 0,4%.

O equilíbrio entre as modalidades viria por meio de uma efetiva mudança na matriz de transportes no Brasil, dando ênfase aos modais aquaviário e ferroviário, integrados ao transporte rodoviário. A projeção para 2025 desloca os percentuais para 33%, 32% e 29% para os modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, respectivamente. O dutoviário ocuparia 5% e o aéreo 1%.

"No conjunto de metas do PNLT constam ainda o aumento da eficiência produtiva em áreas consolidadas do país, a indução ao desenvolvimento de áreas de expansão de fronteira agrícola e mineral, a redução de desigualdades regionais em áreas deprimidas e a integração regional sul-americana", completa João Aparício.

Vetores estruturantes

Outra meta do PNLT é a de enquadrar e validar os projetos de transporte em vetores logísticos estruturantes do desenvolvimento social e econômico do país.

Por vetor logístico, entenda-se como todo espaço territorial brasileiro onde haja uma dinâmica socioeconômica mais homogênea sob os pontos de vista de produções; deslocamentos preponderantes nos acessos a mercados e a exportações; interesses comuns da sociedade; patamares de capacidade tecnológicas e gerenciais, e problemas e restrições comuns, que podem convergir para a construção de um esforço conjunto de superação de entraves e desafios.

Fonte: PNLT/Fipe

Transporte pesado em rodovia capixaba: agressão ambiental acidentes e encarecimento de fretes

Saturação do modelo rodoviário

Já é lugar comum apontar a incompatibilidade de utilizar, primordialmente, o transporte rodoviário para fazer circular a maior parte de cargas pesadas em um país de dimensões continentais como o Brasil. Estradas esburacadas, inseguras, sem sinalização adequada e com toda a sorte de problemas são retratadas a todo o momento no noticiário.

Ao traduzir essa preocupante situação em números é possível compreender o tamanho do problema: de 1,7 milhão de Km de estradas, apenas 196 mil Km são pavimentadas. Esse índice de aproximadamente 11,5% de rodovias pavimentadas coloca o Brasil atrás do Uruguai, Suriname, Argentina e Venezuela. "As estradas brasileiras estão entre as piores da América do Sul. A nossa malha atende a uma frota de 45 milhões de veículos", denuncia Moacir Duarte, presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR).

Duarte defende a visão do gestor privado e acredita que o problema não está apenas na qualidade das rodovias. A quantidade também está muito aquém do ideal. "O Brasil é um país rodoviário, mas com poucas rodovias. No cálculo da densidade de infra-estrutura de transportes brasileira, considerando a divisão da quilometragem de rodovias por área de um mil km², atingimos o valor 23. Atrás de países como México, com 55, e dos Estados Unidos, com 390".

Ao justificar a importância do programa de concessões no Brasil, o presidente da ABCR apontou a necessidade de corrigir problemas de anos sem o investimento adequado em transportes: "A concessão se configura numa boa opção. Em outros países, com infra-estrutura mais adequada, as concessões objetivam a ampliação da capacidade das rodovias, diminuir os índices de congestionamento e diminuir a emissão de poluentes. Nesses países, a discussão não é mais se o uso das rodovias será cobrado e sim como será cobrado".

Duarte citou ainda as principais características das concessões de rodovias como os trabalhos e investimentos em recuperação, operação, melhoria e ampliação das rodovias existentes; a prestação de socorro médico e mecânico; a auto-sustentabilidade, sem subsídios do governo, nem entre classes de usuários e a tributação normal.

Quanto aos valores cobrados, Duarte acredita que com planejamento e outras medidas seria possível alterar esse quadro que muitos apontam como abusivo. "Devido a localização das praças de pedágio de algumas rodovias, poucos acabam pagando por muitos. Na Dutra, por exemplo, somente 10% dos veículos pagam pedágio. Com uma ampliação da base de pagantes, a tarifa seria menor. Muitas obras também são realizadas sem que haja fluxo que as justifiquem. A tarifa poderia ser reduzida se o investimento fosse feito somente em vias cuja projeção de tráfego corresponda a real", conclui.

Investimento em superportos

O desenvolvimento local prevê a geração de empregos, a melhoraria da qualidade de vida para todos e a criação de condições para o crescimento econômico dessa determinada região. "Os portos se articulam com outros territórios e têm deixado de ser somente um ponto de conexão água-terra-água, devido às mudanças tecnológicas dos transportes e às rápidas mudanças dos processos produtivos, que refletem uma divisão internacional do trabalho. Mas, a grande questão que se coloca é se o porto deve ser uma extensão da lógica de produção da empresa ou se deve entendê-lo como potencializador do desenvolvimento da própria economia local e/ou regional", diz o Eng. Civil e de Seg. do Trabalho Luiz Fernando Barbosa, coordenador do Grupo de Trabalho dos Portos e Aeroportos da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV).

Barbosa aponta também que a mega tendência do tráfego mundial é a consolidação de somente três segmentos: granéis sólidos, granéis líquidos e contêineres: "Quanto ao paradigma da conteinerização, para dar resposta à celeridade dos fluxos financeiros e a integração global da atividade econômica, os serviços portuários deixaram de ser porto a porto para serem porta a porta e, neste processo, passou a ser chave o sistema do intermodelismo".

Os problemas como limite de profundidade; predominância dos contêineres no transporte de cargas gerais; além da mudança do perfil dos navios, levaram a CDV a elaborar um plano com a finalidade de mostrar que existe a possibilidade técnica de se construir um Terminal de Contêineres no Porto de Praia Mole para atendimento a navios do tipo Post Panamax, inclusive os de última geração. "Considerando a sua natureza preliminar, há necessidade de se aprofundar os estudos. Mas a apresentação da idéia de layout do Super Porto do Espírito Santo chama a atenção das autoridades e da comunidade portuária para a necessidade de se pensar o futuro para garantir a posição estratégica do Estado em termos de logística de comércio exterior", ressalta Luiz Fernando Barbosa.

A autoria do estudo conceitual do porto de águas profundas está sendo desenvolvido pelo Prof. Dr. Máximo Borgo, Consulport-Consultoria em Transportes Ltda, através de uma parceria entre a Intersindical da Orla Portuária e a Prefeitura Municipal de Vitória através da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV).

Administração portuária - Wilen Manteli, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), acredita que a missão da administração do Porto é a de "desenvolver o porto, eliminando gargalos; atrair cargas e empreendimentos; aumentar e valorizar o patrimônio portuário; favorecer o desenvolvimento de pessoal; planejar e implantar políticas com resultados de médio e longo prazos; e acompanhar a evolução dos tráfegos e da tecnologia. Tudo com foco no cliente e respeitando o meio ambiente", conclui Manteli.

Transportando o PIB

Ferrovias

As ferrovias brasileiras transportam 25% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB). Meio considerado ideal para grandes distâncias, o transporte ferroviário contabilizou investimentos de aproximadamente R$ 12 bilhões desde 1996, após um grande período de abandono.

As expectativas futuras também são atraentes. Estão previstos mais R$ 12,5 bilhões até 2010, o que aumentaria a malha ferroviária brasileira dos atuais 28,5 mil quilômetros para 31 mil quilômetros, de acordo com relatórios do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Aerovias

Agilidade é a principal característica solicitada pelas empresas que utilizam as vias aéreas para movimentação de cargas. Mas, esse modal é utilizado para transportar apenas 0,4% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB).

O Brasil possui 67 aeroportos, desse total, um pouco menos da metade possui terminais de logística de carga. Entre as iniciativas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) consta a implantação de outros.

Os terminais de logística de carga representam 22% do total do faturamento bruto da Infraero.

Logística e história

O termo é de origem militar e significava a arte de transportar, abastecer e alojar tropas. A primeira tentativa de definição foi feita pelo Barão Antoine Jomini (1779-1869) – general do exército francês: "É a arte prática de movimentar exércitos" e ainda, "a logística é tudo ou quase tudo no campo das atividades militares, exceto o combate".

Alguns autores consideram a 2ª Guerra Mundial a maior operação logística já realizada pelo homem. A evolução do conceito passou por diversas motivações ao longo das últimas décadas. Desde a massificação da produção, característica do pós-guerra, nos anos 1950; passando pela consolidação das indústrias, maior atenção ao marketing, nos anos 1960; aumento dos custos de distribuição e pressão do mercado por melhores níveis de serviço, na década de 1970; a revolução tecnológica dos anos 80; a redução de estoques e o mercado mundial como cliente e fornecedor, característica marcante da globalização dos anos 90 e finalmente o surgimento do conceito de logística reversa, na década atual, quando cresce a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Competitividade de custo

Até 400 km:	rodoviário
De 400 a 1.500 km:	ferroviário
Mais de 1.500 km:	marítimo

Fonte: Tabela utilizada pela empresa Login.

Matriz de transporte de diferentes países

Rússia:	11% aquaviário 8% rodoviário 81% ferroviário
Índia:	50% rodoviário 50% ferroviário
China:	13% aquaviário 50% rodoviário 37% ferroviário
Austrália:	4% aquaviário 53% rodoviário 43% ferroviário
EUA:	25% aquaviário 32% rodoviário 43% ferroviário
Brasil:	17% aquaviário 58% rodoviário 25% ferroviário

OBRAS PREVISTAS

2007/2008

Implantação do contorno de Cachoeiro de Itapemirim, na BR 482

2007/2009

Duplicação da BR 101, no Contorno de Vitória

2008/2009

Implantação da BR 482, trecho Itarana a Serra Pelada

2008/2011

Adequação da BR 259, entre o entroncamento com a BR 381 (MG) e o entroncamento com a BR 101 (ES)
Implantação da BR 447, ligação da BR 262 e BR 101 ao Porto de Vitória (Terminal de Capuaba)
Conclusão da BR 342, ligação da BR 101 (Sooretama) a Ataléia (Divisa ES/MG)
Implantação da BR 419, Pedro Canário (ES) a Nanuque (MG)
Adequação com aumento de capacidade da BR 101, divisa RJ/ES – Carapina
Adequação com aumento de capacidade da BR 101, Carapina – divisa ES/BA
Adequação da BR 262, entre o KM 0 e KM 71
Dragagem, aprofundamento, manutenção e desenvolvimento do Porto de Barra do Riacho
Construção do novo Porto de Ubu
Ampliação do Terminal de Tubarão (porto de águas profundas)
Construção da Ferrovia Litorânea Sul com ramal para o Porto de Ubu

2012/2015

Implantação do contorno metropolitano da Grande Vitória (Fundão-Viana)
Adequação com aumento de capacidade da BR 262 entre a divisa MG/ES e Vitória
Implantação do trecho rodoviário entre Nova Venécia-Mantena, na divisa ES/MG
Implantação da BR 393 de Cachoeiro de Itapemirim a Bom Jesus do Norte
Implantação do trecho rodoviário para a ligação do Porto de Barra do riacho à BR 101

Pós-2015

Aumento de capacidade da BR 482, entre a divisa MG-ES e entroncamento com a BR 101
Implantação de acesso rodoferroviário no Porto de Barra do Riacho

Fonte: A Gazeta (14/10/2007)

O comércio exterior e a utilização de contêineres no transporte de carga devem manter sua tendência de forte crescimento. Confira:

Manuseio de Contêineres no Brasil (em milhões de unidades)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1,9	2,0	2,3	2,8	3,2	3,7	4,2

Até aqui o crescimento anual foi de 14,1%.
Confira a estimativa para os próximos anos:

2007	2008	2009	2010
4,8	5,4	6,2	7,0

Fonte: Abratec

Mudanças na NR4 prejudicam trabalhadores

Trabalhador em atividade de risco: aumenta a preocupação com a segurança

A preocupação da legislação brasileira com acidentes de trabalhos vem desde 1919, quando surgiu o primeiro regulamento contemplando o conceito de "risco profissional". A partir daí, o cuidado com os profissionais no ambiente de trabalho foi aumentando. Em 1977, a Lei 6.514 alterou o capítulo V do Título II da Consolidação das leis do Trabalho e, em 1978, através da Portaria 3.214/78, forami aprovada as Normas que determinam a presença obrigatória de responsáveis pela saúde, no ambiente de trabalho, de acordo com o número de empregados de cada empresa: são as Normas Regulamentadoras (NR's).

Esses preceitos devem ser cumpridos pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta, indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Atualmente, existem 33 NR's e tramitam projetos para a criação de outras, além de alterações nas que já existem.

A Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho aprovou, em 1º de agosto deste ano, por intermédio da Portaria 17, três alterações do texto da Norma Regulamentadora Nº 4 (NR-4).

As alterações da NR-4 vinham sendo discutidas há aproximadamente uma década, juntamente com as Comissões de Engenharia de Segurança do Trabalho, que acompanham de perto todo o processo, na expectativa de ver essas modificações serem aprovadas na íntegra. Entretanto, sem motivos aparentes, foi aprovado apenas um pequeno trecho do texto.

A aprovação de parte do projeto resultou na inclusão dos subitens 4.5.3, 4.14.3 e 4.14.4 . A partir dessa aprovação, permite-se as empresas que contratarem outras para prestar serviços em seus estabelecimentos podem constituir Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho Comum para prestar a assistência aos empregados das contratadas, sob gestão própria daquelas.

Anteriormente, cada contratada a prestar serviço dentro do estabelecimento da empresa contratante deveria destinar seu SESMT para atuar naquele estabelecimento. No entanto, com a aprovação dos textos citados, vislumbra-se a possibilidade/permissividade de a empresa contratante prestar esta assistência de forma comum.

Segundo o Engenheiro de Seg. do Trabalho e Coordenador Adjunto do Crea-ES, Eliezer Cristino, os trabalhadores são os mais prejudicados com as alterações aprovadas, e o único beneficiado com as alterações é o setor empresarial. O Engenheiro também argumenta que essa medida pode acarretar redução nos números dos profissionais de segurança. "A aprovação de parte do texto favorece o setor empresarial e sobrecarrega o setor prevencionista e poderá causar redução no número de profissionais de Segurança do Trabalho, e, conseqüentemente, mais insegurança aos trabalhadores", reflete Cristino.

Já aprovados

4.5.3 A empresa que contratar outras para prestar serviços em seu estabelecimento podem constituir SESMT comum para assistência aos empregados das contratadas, sob gestão própria, desde que previsto em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.

4.14.3 As empresas de mesma atividade econômica, localizadas em um mesmo município ou em municípios limítrofes cujos estabelecimentos se enquadrem no Quadro II podem constituir SESMT comum, organizado pelo sindicato patronal correspondente ou pelas próprias empresas interessadas, desde que previsto em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.

4.14.4 As empresas que desenvolvem suas atividades em um mesmo pólo industrial ou comercial podem constituir SESMT comum, organizado pelas próprias empresas interessadas, desde que previsto nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas.

Ciclo de palestras discute mudanças climáticas

Profissionais registrados no Crea-ES, representantes de entidades de classe e instituições de ensino, além de estudantes e público interessado nos temas que envolvem as mudanças climáticas e o aquecimento global participam até o próximo dia 6 de dezembro, no auditório do Conselho, de uma série de atividades do Ciclo de Palestras sobre Mudanças Climáticas.

Os eventos, promovidos pelo Crea-ES, abordam, além dos conceitos básicos, as causas e os possíveis impactos desses fenômenos. O objetivo é atualizar e aprofundar os estudos voltados ao assunto, a fim de conscientizar e mobilizar a população, os gestores públicos e os empresários para as ameaças ao meio ambiente, na tentativa de mitigar, adaptar e reduzir os efeitos causadores dessas mudanças.

Os temas abordados no Ciclo de Palestras sobre Mudanças Climáticas estão ligados à oferta de energia, processos industriais, manejo de florestas, setor agropecuário, transportes, edificações, e resíduos sólidos e líquidos. As palestras ocorrem duas vezes por semana. No encerramento, será discutida a síntese das conclusões e reflexões apresentadas no ciclo.

Durante a abertura das atividades, realizada no último dia 31 de outubro, o meteorologista peruano José Marengo, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), abordou o tema "Mudanças do Clima e as Conseqüências para o Brasil: Visão do IPCC e os seus grupos de Trabalho e Apresentação de Resultados do IPCC AR4".

Na ocasião, Marengo falou dos quatro relatórios de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), instituído, em 1988, por iniciativa da Organização Meteorológica Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). O IPCC possui caráter intergovernamental e é aberto para os países membros do Programa, com o propósito de fornecer informações científicas, técnicas e socioeconômicas relevantes para as questões de mudanças climáticas em curso.

Segundo o meteorologista, o último documento divulgado do IPCC concluiu que o aquecimento global verificado nos últimos 50 anos é causado principalmente por ações humanas. "O Brasil ocupa a preocupante quarta colocação entre os países que mais contribuem para o efeito estufa no planeta. As principais atividades responsáveis são as queimadas e o desmatamento. Em seguida, vêm os transportes, por intermédio da queima de combustíveis fósseis. Além, é claro, dos processos industriais que se utilizam largamente de energia proveniente do petróleo".

O presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti, acredita que o tema é relevante, além de oportuno, e ressalta a importância dos profissionais da área tecnológica no combate aos desafios provocados pelo aquecimento global. "Nesta luta em favor da Humanidade, temos o dever de contribuir como profissionais e participar como cidadãos. Estamos ligados diretamente ao assunto e desenvolvemos atividades relacionadas ao tema. O tema requer uma atenção especial, e nossa cooperação é importante".

Os eventos do Ciclo de Palestras sobre Mudanças Climáticas são gratuitos, promovidos pelo Educação Continuada e a Distância (Educ) e transmitidos, ao vivo, pela TV Crea, cujo acesso é disponibilizado no site do Conselho (www.creaes.org.br). Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3334-9903, pelo e-mail educ@creaes.org.br ou ainda no site www.creaes.org.br

Presidente Fiorotti preside reunião do GT de Gestão Integrada no auditório do Creas-ES

GT de Gestão Integrada do Confea faz no ES última reunião do ano

O Crea-ES sediou, nos dias 8 e 9 de novembro, a última das quatro reuniões realizadas em 2007 pelo Grupo de Trabalho de Gestão Integrada do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea).

Na ocasião, foram apresentadas propostas e recomendações que englobam assuntos relacionados à Engenharia de Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Responsabilidade Social. Essas propostas seguirão para o Colégio de Presidentes e, após a aprovação, serão encaminhadas ao Conselho Federal, para serem transformadas em resoluções.

O presidente do Crea-MA e coordenador do Grupo de Trabalho (GT), Raymundo José Aranha Portelada, destaca a importância da atual gestão do Crea-ES - dirigida pelo também coordenador adjunto do GT, Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti, para o reconhecimento da área. "O Crea do Espírito Santo é referência em Segurança do Trabalho, sendo um dos primeiros conselhos regionais do país a instalar uma Câmara Especializada direcionada ao setor, que passará a funcionar a partir de 2008", explica Portelada.

Segundo o coordenador, a Engenharia de Segurança do Trabalho evoluiu de forma significativa. "Foram criadas câmaras dentro dos Creas, o sistema de fiscalização ganhou melhorias e o mercado de trabalho tornou-se positivo".

Portelada assumiu a coordenação do GT em 2006 e, este ano, contou com o apoio de Fiorotti e do Presidente do Crea-BA, Eng. Agrônomo Jonas Dantas dos Santos, para criar o novo Grupo de Trabalho, mais completo e com um novo Sistema de Gestão Integrada.

Durante a abertura da reunião ocorrida no Estado, o coordenador adjunto do GT de Engenharia de Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Responsabilidade Social do Crea-ES, Eng. Civil Eliezer Cristino de Oliveira - um dos fundadores do grupo regional - parabenizou a equipe nacional pelos avanços dos trabalhos ao longo dos últimos dois anos e afirmou que torce pela continuidade das conquistas e pelo crescimento do grupo.

CARLOS NOBRE

Quem menos polui sofre mais com aquecimento global

Entre outros importantes temas, o cientista Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), fala, nesta entrevista exclusiva a TÓPICOS, das preocupações mundiais com os efeitos do aquecimento global, de estudos de pesquisadores brasileiros e de atitudes que podem ser tomadas no Espírito Santo

As regiões do planeta que menos poluem são as que mais sofrem e sofrerão com o aquecimento global?

Sim. As regiões que menos contribuíram para as emissões históricas de gases de efeito estufa, como, por exemplo, o continente africano, são as mais vulneráveis aos impactos nos sistemas de suporte à vida causados pelas mudanças climáticas resultantes do aquecimento global. Tanto os impactos climáticos na agricultura, recursos hídricos e biodiversidade são mais adversos nas regiões tropicais e subtropicais, onde se localizam a grande maioria dos paises menos desenvolvidos, como as populações desses paises estão menos preparadas para enfrentar e se adaptar às mudanças climáticas.

Devemos nos preocupar com a elevação do nível do mar provocada pelo descongelamento das calotas polares?

Sim, devemos nos preocupar. O nível médio do mar está se elevando, em mé-

dia, nos últimos 10 anos, entre 3 mm e 5 mm por ano. Metade desse aumento, aproximadamente, é causado pelo derretimento de geleiras continentais, e a outra metade resulta da expansão térmica da água dos oceanos. Projeta-se um aumento de entre 30 e 60 cm do nível médio do mar até o final do século, mas projeções de aumentos superiores a 1 metro têm ganhado credibilidade, pois aparentemente algumas geleiras, como as da Groenlândia e Antártica Ocidental, estão escorregando mais rapidamente para o oceano do que se pensava.

Como se dá a participação dos cientistas brasileiros no IPCC?

Na recém-concluída Quarta Avaliação do IPCC houve a participação de cerca de 10 cientistas brasileiros, em seus três grupos de trabalho (GT): a ciência física das mudanças climáticas, tratada pelo GT I; impactos, adaptação e vulnerabilidade, GT II; e emissões e mitigação das mudanças climáticas, GT III. O processo do IPCC é uma das mais bem-sucedidas iniciativas das Nações Unidas. Há cerca de quase três anos, mais de 2 mil cientistas estão analisando criticamente toda a literatura cientifica sobre mudanças climáticas publicada nos últimos seis anos, desde a terceira avaliação, ocorrida em 2001. Versões iniciais dos relatórios produzidos são revisados, comentados e criticados, por milhares de cientistas de todo o mundo e também por governos. Os cientistas do IPCC analisam criteriosamente todos os comentários e críticas, respondendo uma a uma, e as aproveitando para melhorar o relatório. Finalmente, numa reunião de uma semana entre representantes dos governos e os autores principais, se discute e aprova o sumário executivo dos relatórios, contendo as principais conclusões e recomendações.

Quando a imprensa utiliza expressões como apocalipse, crise terrível, catástrofe, o senhor acredita que a população se torna mais engajada ou paralisada, por se sentir impotente?

Ha um sentido de urgência nos alertas que se fazem com respeito à gravidade das mudanças climáticas. O sentido de urgência resulta da natureza física do problema. Com respeito às mudanças climáticas, é realmente mais tarde do que imaginamos. Não há mais como voltar ao estado anterior do planeta sem aquecimento. Os gases de efeito estufa já lançados na atmosfera têm um tempo de residência, antes de serem eliminados, de décadas a séculos. Portanto, vão continuar a aquecer por um longo tempo. Adicionalmente, os oceanos vão se ajustando muito lentamente ao aquecimento provocado pelo aumento do efeito estufa, e levará mais de mil anos ate se ajustarem. A urgência se deve, assim, ao fato de que, se não agirmos rápida e resolutamente para diminuir as emissoras globais de gases de efeito estufa, as mudanças climáticas que se projetam ainda neste século trarão quase que somente impactos adversos aos ecossistemas, à produção de alimentos e ao desenvolvimento sustentável. O planeta não pode continuar a aquecer indefinidamente...

> Degelo mais veloz na Groenlândia e na Antártica pode elevar nível do mar em até 1 metro

O senhor acredita que agir local e pensar global é o caminho? O que poderia ser feito no Espírito Santo, por exemplo, para não comprometer o clima do planeta, e qual a importância das ações educativas e de conscientização?

Educação ambiental é essencial para mudar atitudes, cultura e comportamentos. Sair do paradigma atual de uma sociedade global sedenta de energia e materiais e chegar a um desenvolvimento equilibrado, eqüitativo e que assegure qualidade de vida globalmente é um gigantesco desafio que se coloca frente à Humanidade. A contribuição para assegurar condições de sustentabilidade ao planeta deve ser de cada um, das famílias, vizinhanças, municípios, países e continentes, para compor o todo global necessário para tirar o planeta de sua trajetória insustentável e que oferece altos riscos.

Qual a importância do protocolo de Quioto e como devemos encarar a posição de países que não ratificaram o tratado?

O Protocolo de Quioto é importante porque foi o primeiro passo, quase uma atividade piloto, para buscar inverter num prazo razoável o padrão de emissões de gases de efeito estufa dos paises desenvolvidos, ao mesmo tempo em que criou oportunidade, através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), de engajamento dos países em desenvolvimento na implementação de medidas de redução das emissões. Mesmo que EUA e Austrália não tenham ratificado o Protocolo, como eu sempre o enxerguei como um projeto piloto e demonstrativo da possibilidade de reduzir emissões sem comprometer a qualidade de vida dos paises com metas de redução, considero que tem boas chances de sucesso, isto é, chegarmos a 2012 com redução das emissões em aproximadamente 5% pelos países signatários.

Eduardo Calhau
Subsecretário de Estado de Saneamento e Habitação

Desenvolvimento sustentável

Os avanços conseguidos pela sociedade, no século XX, ancorados no desenvolvimento de novas tecnologias que propiciaram a massificação do uso da energia elétrica, dos sistemas de comunicação, do automóvel, do computador e da internet não significaram a igualdade de oportunidades para todos, especialmente nos países onde a educação apresenta baixo desempenho.

Crescer com sustentabilidade, preservando a qualidade de vida e a igualdade de oportunidades, é possível quando se planeja o futuro. Não há crescimento sustentável para quem não sabe aonde quer chegar. Com essa visão, o Governo do Estado fez seu Plano de Desenvolvimento - Espírito Santo 2025 para que, em harmonia com os poderes constituídos e a sociedade civil, os esforços sejam compartilhados em objetivos comuns, tornando metas em realidade.

Evoluir nos indicadores de desenvolvimento do Espírito Santo, avançando de um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,765 (IBGE 2000), para projetá-lo no nível do IDH da França, de 0,917 (avaliado no ano de 1998), é inserir nosso Estado entre os mais desenvolvidos do País. Porém, como compartilhar crescimento econômico com desenvolvimento urbano sustentável?

Os primeiros passos já foram dados. O próprio Plano de Desenvolvimento - ES 2025 é uma poderosa ferramenta desse desenvolvimento sustentável. Além do Plano Estadual de Desenvolvimento, 31 municípios implantaram Planos Diretores Municipais, instrumentos importantes para organizar o crescimento das cidades, contribuindo para preservar a qualidade de vida das futuras gerações.

Outra meta do ES 2025 é a redução das desigualdades sociais, e nesse contexto estão os programas habitacionais para a população de baixa renda. Do déficit habitacional do Espírito Santo, de 65,92 mil unidades habitacionais na faixa de até três salários mínimos, 19,4 mil são caracterizadas como habitações precárias (IBGE 2000), e são essas famílias, que moram em habitações precárias e que estão cadastradas no programa Bolsa Família, que terão prioridade.

Os programas habitacionais desenvolvidos com recursos dos governos Federal, Estadual e municipais são fundamentais para a consolidação da atual política habitacional. Entretanto, é possível propiciar novas oportunidades com a oferta de lotes urbanizados, estimulando a autoconstrução, que é uma prática consolidada no Brasil.

A partir de projetos de loteamentos para baixa renda (que podem ser implantados pelo poder público municipal) associados aos programas habitacionais, caminha-se para a eliminação das pressões por ocupação irregular em áreas de risco, áreas públicas e áreas protegidas por lei, como as de preservação permanente. É um novo Espírito Santo, de progresso com melhoria da qualidade de vida para os capixabas e para aqueles que adotaram o Espírito Santo para morar.

Profissional, envie seu artigo para publicação na Revista Tópicos. O conteúdo será avaliado pelo Conselho Editorial. Os textos podem ser encaminhados para alcione@creaes.org.br

ARTCOM.com.br

Em um Estado com tantas oportunidades, você pode incluir mais uma: o apoio do Sebrae.

A economia do Espírito Santo cresce acima da média nacional. Nosso estado é um terreno fértil para os negócios, com a maior taxa de vitalidade do país para as micro e pequenas empresas: das abertas entre 2003 e 2005, permanecem no mercado 85,8%*. Para ser uma delas, procure o SEBRAE, pois saber empreender é o diferencial.

SEBRAE

0800 39 91 92
www.es.sebrae.com.br

*Fonte: Instituto Vox Populi.